

Quadro comparativo do Projeto de Lei da Câmara nº 125,¹ de 2013 (nº 2.104, de 2011, na Casa de origem)

Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010	Projeto de Lei da Câmara nº 125, de 2013 (nº 2.104, de 2011, na Casa de origem)
	Altera o art. 110 da Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010.
	O CONGRESSO NACIONAL decreta:
Art. 110. As entidades da área de saúde certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação da <u>Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009</u> , que prestam serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo Sistema Único de Saúde - SUS a trabalhadores ativos e inativos e respectivos dependentes econômicos, decorrentes do estabelecido em <u>Norma Coletiva de Trabalho</u> , desde que, simultaneamente, <u>destinem</u> no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total das isenções de suas contribuições sociais <u>em serviços, com universalidade de atendimento, a beneficiários do SUS</u> , mediante pacto <u>do</u> gestor <u>do</u> local, terão concedida a renovação, na forma do regulamento.	Art. 110. As entidades certificadas até o dia imediatamente anterior ao da publicação da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, que prestam serviços assistenciais de saúde não remunerados pelo Sistema Único de Saúde – SUS a trabalhadores ativos e inativos e respectivos dependentes econômicos <u>ou</u> beneficiários, decorrentes do estabelecido em <u>norma coletiva de trabalho ou em lei estadual anterior à vigência da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009</u> , desde que, simultaneamente, <u>apliquem</u> no mínimo 20% (vinte por cento) do valor total das isenções de suas contribuições sociais <u>na prestação de serviços de internação hospitalar e atendimento ambulatorial ao SUS</u> não remunerados, mediante pacto <u>com</u> gestor local, terão concedida a renovação, na forma do regulamento.”(NR)
	Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.